

# A televisão e os desafios da utilização nas práticas de leitura

Letícia Afonso Rosa Garcia <sup>1</sup>  
Profº Drº. Renilson Menegassi<sup>2</sup>

<sup>1</sup> UNIPAR/Jornalismo, UEM/Mestrado em Letras [leticiarosa@unipar.br](mailto:leticiarosa@unipar.br)

<sup>2</sup> UEM/Mestrado em Letras, [renilson@wnet.com.br](mailto:renilson@wnet.com.br)

## Resumo

A influência que televisão exerce na sociedade brasileira como difusora de conceitos, de padrões e opiniões é relevante, por isso se faz cada vez mais urgente e necessário que a escola inclua os veículos de comunicação, nesse caso a televisão, nas salas de aula como fonte de leitura, estudo e aprendizagem e assim realizem o que estamos chamando de “letramento midiático”. Compreendo a leitura como um procedimento a ser ensinado faz-se necessário que a leitura da televisão também seja ensinada e praticada pelos alunos para que se tornem telespectadores críticos com competência de leitura também para os veículos audiovisuais. Apesar do programa do governo federal TV Escola, o que se propõe neste artigo é o trabalho com a programação da televisão aberta, com o conteúdo que alunos e professores têm livre acesso e que são selecionados via controle remoto por cada um deles, não pela escola ou pelo governo.

**Palavras-chave:** leitura, leitor, competente, televisão, escola.

## Introdução

A televisão é um dos meios mais influentes na atual sociedade brasileira. Ela está informando, motivando, influenciando e fascinando milhares de telespectadores. Ela revolucionou o cotidiano, os hábitos e os costumes, modificou as relações interpessoais, a forma de conceber o mundo que nos cerca e a relação com a cultura. “A televisão fascina e assusta. Suas mensagens parecem querer ocupar todas as frestas e poros da sociedade. Os conceitos de tempo e de espaço se relativizam, o mundo fica menor, o que era distante fica próximo, as possibilidades de cooperação e solidariedade aumentam. Isso é fascinante.” (CASHMORE, 1998, p. 07)

Tal contexto também se faz presente nas relações estabelecidas em sala de aula entre alunos e professores que não deixam de ser telespectadores ao adentrarem a sala de aula. No entanto, devido à postura de resistência de muitas escolas em colocar em pauta o conteúdo da programação da televisão aberta brasileira, a escola tem sido vista pela maioria dos alunos como combatente da televisão. É muito comum que alunos e professores critiquem a TV na sala de aula, mas ao chegar a seus lares se entreguem, acriticamente, fascinados aos suspiros das novelas e às falácias dos telejornais (...)” (NAPOLITANO, p. 12, 1999).

Por vivermos em uma sociedade tecnocêntrica e a TV ser um dos aparelhos eletrônicos mais comum nos lares brasileiros, podemos caracterizá-la como indústria do lazer:

A televisão foi um acréscimo acessível às famílias. Trouxe um misto agradável de alegria e iluminação aos lares de bilhões de pessoas em todo o planeta. (...) Ela também é barata: para comprar um aparelho de TV gasta-se

---

<sup>1</sup> Universidade Paranaense/Jornalismo, [leticiarosa@unipar.br](mailto:leticiarosa@unipar.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Maringá/Letras, [renilson@wnet.com.br](mailto:renilson@wnet.com.br)

uma minúscula fração da renda anual, e a conta mensal de uma TV a cabo ou por satélite é normalmente menor do que os gastos mensais com o combustível para o carro. (CASHMORE, 1998, p. 07)

Para isso, se faz necessário que as escolas criem práticas de leitura que incluam a televisão como aliada do professor, realizando em sala de aula atividades que formem telespectadores alfabetizados em mídia, leitores competentes, capazes de ler para além das imagens. Considerando que a leitura é um procedimento, pode-se dizer, que ela precisa ser ensinada, e por isso, o leitor competente é formado, é constituído. Lidar com a televisão de maneira educativa significa considerar que estamos diante de uma Pedagogia da Comunicação e isso permite a professores e alunos inseri-la numa prática social e os trabalhos serem desenvolvidos de acordo com a necessidade do professor com seus alunos. “O importante é reconhecer que educar é um desafio, principalmente quando a TV e a escola caminham entrelaçados aos novos projetos no processo de ensino e aprendizagem. Nesse nível, nos confrontamos com a linguagem televisiva que permeia o nosso cotidiano, assim a TV é feita para atingir todas as camadas sociais” (MEDEIROS, 2001, p. 59)

Neste trabalho, traremos as concepções de leitura e as características do leitor competente, como se constitui a mensagem na TV com palavra, som e imagem, a função da televisão no Brasil e sua relação com a escola. Nosso objetivo descrever como se dá a relação da escola com a televisão e porque ela se faz tão urgente e necessária na prática escolar, nas aulas de leitura e para a formação de leitores competentes e assim telespectadores críticos..

### **Concepção e utilização da televisão em sala de aula**

Muitos educadores, pedagogos e professores pensam a influência da TV como um fator responsável pelo fracasso da escola, mas o fracasso escolar tem muitas variantes, que não vem ao caso serem discutidas aqui, e problemas mais amplos do que a presença hegemônica da televisão na vida das crianças e adolescentes. Cabe perguntar então, por que a escola tem visto na TV um inimigo? Na opinião do historiador Marcos Napolitano, há uma particularidade histórica no caso brasileiro, a televisão no Brasil cresceu e se consolidou protegida pelo regime militar (1964- 1985):

O paradigma desta simbiose entre o regime e a mídia, num favorecimento recíproco e eticamente duvidoso foi a Rede Globo. Esta característica histórica fez com que muitos professores, sobretudo de humanidades, vissem na escola uma trincheira de resistência política à (con)formação das consciências e à internacionalização da cultura e dos hábitos de consumo que a TV estimulava. (NAPOLITANO, p. 18, 2002)

O segundo ponto de conflito entre TV e escola é a tendência ao sensacionalismo e o conteúdo de baixo nível ético e estético de alguns programas populares e policiais, “muitos professores, de diferentes ideologias, questionam o nível geral dos programas, e neste caso podem transformar a escola em um espaço de resistência cultural e educacional contra a tendência à massificação e ao baixo nível veiculado pela TV.” (NAPOLITANO, 2002, p.18)

Napolitano destaca ainda, que desde o século XIX até meados do século XX, a escola foi hegemônica na formação e transmissão de valores, atitudes e conteúdos de conhecimentos básicos para a socialização das grandes massas urbanas. No entanto,

o que se percebe é que este processo está se transferindo para a mídia, especialmente para a televisão, que está mesclada de interesses ideológicos e comerciais: “(...) boa parte dos objetivos e dos papéis tradicionais da escola se transferiu para a TV, acirrando a crise da instituição escolar e o questionamento de sua eficácia e lugar nas sociedades de massa contemporâneas.” (NAPOLITANO, 2002, p.18)

Tais posicionamentos que a escola tem adotado não podem ser classificados como um equívoco, a escola, como instituição de ensino e formadora de cidadãos, não pode ser conivente com a baixaria e a falta de ética na televisão, por outro lado, os aspectos citados foram tão intensos que criaram uma barreira entre a escola e a TV, a ponto de que a mesma é combatida e quase “proibida” de entrar em sala de aula, como fonte de conhecimento. A maioria das discussões, que envolve a televisão apenas critica o veículo de comunicação, mas não ajuda na compreensão da mensagem para além do que se mostra.

Em março de 1996, o MEC lançou oficialmente a TV Escola, “com o objetivo de estimular a ‘formação continuada, o aperfeiçoamento e a valorização dos professores do ensino fundamental’ (Jornal do MEC, Ano XI, nº 1, p. 8).” (NAPOLITANO, 2002, p. 27). O objetivo do governo federal em lançar o programa foi ainda de capacitar professores no uso pedagógico de tecnologias de comunicação e informação. Até 2003, 150 mil docentes foram capacitados, para atingir tal objetivo, todas as escolas públicas, servidas de energia elétrica, com mais de cem alunos no ensino fundamental foram equipadas com um *Kit* de equipamentos, composto por uma antena parabólica, um televisor, um videocassete, um estabilizador de voltagem e dez unidades (no mínimo) de fitas cassetes para transmissão dos materiais produzidos especialmente para educação à distância (EAD).

O programa “Salto para o Futuro” teve início em 1991, em fase experimental com o “Jornal da Educação – Edição do Professor”, produzido pela Fundação Roquette-Pinto, hoje Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP) para atender às diretrizes políticas do Governo Federal, a fim de fomentar programas de Educação à Distância, com o financiamento do FNDE. Em 1992, o programa passou a ter abrangência nacional e em 1995 foi incorporado à grade de programação da TV Escola, com o nome “Salto para o Futuro”.

A programação regular da TV Escola é transmitida de segunda a sexta-feira em quatro blocos diários de três horas. “A maior parte da programação compõe-se por blocos temáticos. Cada série de programas é acompanhada por um material de apoio (“Cadernos da TV Escola”) e se destina não só a formação e aperfeiçoamento, mas também como instrumento de apoio às aulas.” (NAPOLITANO, 2002, p. 27)

Nessa época, as escolas também se equiparam para cumprir uma exigência da LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação), aprovada em 1996. Para se adequar às novas leis, cerca de um milhão de professores precisariam, na época, procurar um curso de graduação em licenciatura. Para os reitores das universidades, a rede de ensino superior não suportaria essa demanda, foi criada então a Unirede, um consórcio composto por 74 universidades públicas, que oferece cursos de graduação para os professores da rede pública estadual à distância, através da televisão.

Assim, os televisores passaram a ocupar um lugar na escola, que, no entanto, não é o mesmo ocupado nos nossos lares. A programação transmitida é a selecionada pela escola e mais, pelo governo federal com o objetivo de formar e capacitar os professores, ou seja, não foi uma abertura para a entrada da TV em sala de aula com o objetivo de formar telespectadores críticos e seletivos preparados para assistir de forma crítica à programação da televisão aberta, compreendendo o processo de construção da mensagem na TV e a ideologia predominante em suas mensagens.

Nesse sentido, Marcos Napolitano (2002, p. 25) reforça: “(...), o trabalho não deve ser confundido com os programas de vídeo com conteúdo escolar, como aqueles que caracterizam com os programas de ensino à distância.”

Para a escola formar telespectadores competentes na leitura televisiva, a TV deve entrar na sala de aula assim como ela é, onde a seleção dos conteúdos quem faz é o telespectador e seu controle remoto. O trabalho do professor diante disso é expor a programação da TV ao estudo, à interpretação e à avaliação juntamente com os alunos, desvendando o que o leitor sem competência não consegue ver.

Não há como ignorar a importância da televisão na vida cultural brasileira. Como educadores devemos, cada vez mais, procurar conhecê-la e integrá-la, de maneira inteligente e produtiva, na vida coletiva da escola, contribuindo para que as crianças e jovens se tornem telespectadores críticos capazes também de orientar seus familiares.

Hoje, a TV está na escola apenas como um equipamento, uma tecnologia que serve de apoio para eventuais atividades, mas não está na sala de aula, nas atividades de práticas de leitura como objeto de estudo, análise e reflexão. O conteúdo da TV deve ser lido como se lê o jornal, a revista, o livro. Apenas a forma de recepção do material pelo leitor é o que muda, se na leitura dos meios de comunicação impressos a percepção dos códigos se dá através dos olhos, na televisão, são necessários dois sentidos: “a televisão combina a utilização simultânea de dois sentidos do ser humano, a visão e a audição. Sem contar que uma notícia de grande impacto afeta as pessoas de forma emocional. Dependendo da intensidade, da força, uma imagem que aparece no ar por escassos 15 segundos permanece na mente do telespectador por muito tempo, às vezes para sempre. (PATERNOSTRO, 1999, p. 62)

Quando temos clara a importância da relação da TV na vida da família brasileira e não tememos enfrentá-la, as coisas ficam muito mais fáceis. Olhar de frente um problema é buscar conhecê-lo. Esta é a melhor maneira de resolvê-lo.

### **A TV em sala de aula: ensino e prática da leitura**

No entanto, conhecer um problema não é somente olhar a sua superfície, mas sim buscar compreender o que não se vê, deve-se buscar a sua essência. No caso da televisão, ver a essência significa buscar o que está por trás das imagens e das palavras. Por exemplo, o texto escrito que está por trás da imagem não aparece na TV. A quantidade de leitura de livros de literatura necessários para fazer a TV, também não notada.

Mas a literatura está lá, nos anos e anos de leitura dos roteiristas de novela e dos diretores que tanto encantam e emocionam a população brasileira, nos anos e anos de leitura literária dos grandes repórteres e articulistas da televisão. Isto não está dito, apenas aparece, está lá. Todos que lêem para fazer televisão não lembram de contar esta parte de suas vidas, quem sabe se assim o fizessem, não ajudariam a derrubar a afirmação de muitos adultos de que a TV é a responsável pela falta de interesse dos jovens pela leitura.

Se a televisão não conta essa parte tão importante da sua história e produção, é necessário que a escola e os educadores revelem esses bastidores às crianças e aos jovens para que elas tenham mais instrumentos para interpretar criticamente o modo cultural e social em que vivem e assim, avaliar o conteúdo da televisão.

É claro que existem programas e pessoas que trabalham na TV que estão longe do mundo literário e da ética, inclusive, mas o professor precisa apresentar aos

joventos essa diversidade e resistir ao caminho mais fácil de generalizar e demonizar a televisão colocando todos os programas no rótulo de que a TV não presta e atrapalha na formação leitura das crianças e adolescentes.

A televisão é fascinante. Mas não pelas razões que seus admiradores ou seus críticos afirmam. Alguns a vêem como um instrumento de crescimento educacional e como um estímulo à imaginação; outros, como um incentivo a diversos comportamentos doentios, desde a passividade soporífica até a violência enlouquecida. Não estou em nenhum desses campos. A televisão fascina porque corporifica a cultura que representa. Nem sentido genuíno, a televisão é a cultura hoje: caprichosa, sem moderação e absorvida por uma devoção quase religiosa ao consumo.(CASHMORE, 1998. p. 11)

Outra marca da influência da TV são as redações de vestibulares, ao contrário do que se espera a maioria delas apresentam as notícias veiculadas pelas emissoras de televisão e não as informações das leituras de livros. Tal fato evidencia quão urgente e necessário é utilizar a televisão em sala de aula para que desenvolva, leitores críticos que saibam dirigir corretamente o olhar, para que as redações não reflitam apenas informações veiculadas, mas informações que foram veiculadas e que passaram por um processo de análise crítica fugindo ao senso comum.

O artigo “Como ver televisão: análise, reflexão e pesquisa”, traz apontamentos realizados a partir do estudo da obra de José Manoel Moran, “Como ver televisão” por alunos do segundo ano de Pedagogia. Os alunos chegaram a algumas constatações, quanto aos critérios editoriais destacou que “um acontecimento só existe se for comunicado, transmitido aos outros. Informar é recortar fragmentos da realidade, organizá-los dentro de alguns critérios ou normas preestabelecidas e fazê-los chegar ao maior número de pessoas.” (FONSECA, 2001, p.194) Outras características destacadas são a atualidade e a imprevisibilidade: “a tv trabalha com o tempo presente (...) quando se refere a acontecimentos do passado procura retratá-los como se estivessem acontecendo neste instante. É a presentificação do passado.” (FONSECA, 2001, p.195)

Mais dois fatores observados foram quantidade e poder multiplicador: “A Tv precisa atingir o máximo de universalidade e para isso procuram-se acontecimentos que possam ser transformados em notícia de ampla aceitação, mesmo que não tenha, em si, tanta importância”. Quanto ao critério de estilo observou-se que a forma de organização do telejornal e o destaque dado a determinados assuntos hierarquizam a “reconstrução” da realidade.

O artigo destaca que trabalhos de análise como esses precisam ser realizados, pois para a maior parte das pessoas os meios significam modernidade, fascínio, lazer, relação dinâmica com o mundo, assumem dimensão positiva no seu conjunto.

“O trabalho educativo é mostrar contradições nessa percepção, ampliar as dimensões envolvidas na análise dos meios, a educação crítica envolve idéias, sentimentos, novas relações, envolve todo um contexto que é bastante complexo, mas não maquiavélico, tem dimensões negativas e positivas. (...) Esse é o trabalho educativo: sensibilizar a maioria para a falta de transparência nos meios, das respostas ambíguas às necessidades reais. (...) É parte significativa de um processo educativo maior, que desejar formar cidadãos esclarecidos, de olhos abertos para uma sociedade melhor, procurando se relacionar e interagir de forma mais consciente e com expressões mais participativas.(FONSECA, 2001, p.195-196)

Um dos argumentos utilizados por Barcelos para explicar a necessidade da utilização do conteúdo da televisão em sala de aula é que: “quando os aprendizes

chegam à escola, eles já passaram muito tempo diante da televisão e com isso já criaram um certo automatismo com relação à estrutura dos programas. Então, precisamos aproveitar essa competência desenvolvida em língua materna e trazê-la para a língua estrangeira, ensinando-os a “lerem” os programas, o que engloba não só o elemento verbal, mas também, e o mais importante, os elementos não-verbais (as imagens)”(BARCELOS, 1997, p. 2)

Tal argumento é correspondente não apenas ao ensino da língua estrangeira, mas também ao ensino da língua materna, quando igualmente o aluno já apresenta habilidade com os veículos de comunicação e apresenta-se assim a necessidade de saber “lê-los”.

Um breve histórico do Projeto de Educação a Distância TV Escola (PTVE) da Secretaria do Desenvolvimento Inovação e Avaliação Educacional pode ser encontrado no artigo “Supervisão escolar nos bastidores da TV Escola”, segundo o texto O PTVE foi lançado em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso e regulamentado no Paraná em 1997 com a Resolução Secretarial nº 1647/97 da Secretaria de Estado da Educação.

O artigo “A Televisão e o Vídeo enquanto suporte didático: dificuldade e perspectivas”, de Maria Luziene de Medeiros analisa a experiência de escolas do município de Patu no Rio Grande do Norte com a implantação e aplicação do Projeto Tv Escola. A partir de demonstrativo dos professores que utilizam ou não televisão/vídeo em suas aulas foi possível constatar

que os professores que usufruem do recurso informaram que a aprendizagem melhorou significativamente, sem deter-se a quantidade (nota), e sim na qualidade (ampliação dos conhecimentos). Dessa forma, informaram que esse trabalho requer um planejamento objetivando contribuir para a melhoria da aprendizagem e a ampliação dos conhecimentos; facilitando a compreensão do que está sendo trabalhado, pois muitas vezes o aluno imagina sem ter uma idéia ou uma imagem do assunto abordado. Nesse aspecto a televisão/vídeo favorece para despertar a curiosidade, o debate e, dependendo do interesse, investigar em outras fontes, aprofundando seus conhecimentos.(MEDEIROS, 2001, p. 58-59)

Os problemas advindos do uso da TV em sala de aula podem e devem ser enfrentados em conjunto. O material da TV, devido a sua própria natureza, sugere uma abordagem interdisciplinar. Na medida que os professores enfrentam juntos as questões sugeridas pela TV, perceberão que as próprias disciplinas envolvidas oferecem os recursos teóricos metodológicos necessários para equacionar as questões.

### **O lugar do leitor competente no procedimento de leitura**

A concepção de leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) concebe a leitura como ação, interação e trabalho, a partir do qual se produz sentidos ao que se lê. A visão que entende a leitura como simples decodificação dos códigos “negros” corresponde à concepção estruturalista, uma visão arcaica que existe há 25 séculos, desde Platão, e que ainda persiste em muitas escolas brasileiras. O estruturalismo entende a leitura como um processo instantâneo, em que após a decodificação das letras em sons ocorre imediatamente à associação destes com o significado. “A decodificação resulta do reconhecimento dos símbolos escritos e da sua ligação com

um significado (...), porém o simples reconhecimento de letras e sua ligação com os significados não implica em leitura.” (MENEGASSI, p. 87, 1995)

Uma prática empobrecedora muito comum nos livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras e que reflete a concepção estruturalista de leitura são as atividades que compõem-se de uma série de automatismos de identificação das palavras do texto com palavras idênticas das perguntas. Para responder esse tipo de questionamento basta o aluno passar os olhos pelo texto à procura de trechos que repitam as palavras da pergunta proposta. Com atividades de leitura desse tipo, que consideram o leitor um sujeito passivo, que não interage com o texto e não lhe atribui sentido algum, será impossível a escola formar leitores que não se entreguem passivamente aos deleites das mensagens televisivas.

É claro que para ler é necessário decodificar, mas essa é a primeira etapa dentre outras que envolvem o procedimento de leitura, “o processo de leitura, segundo uma visão psicolinguística, possui quatro etapas, a saber, decodificação, compreensão, interpretação e retenção.” (MENEGASSI, *apud* Cabral, 1996). Assim, pode-se dizer que ler é um ato muito mais amplo e complexo do que se prega na maioria das escolas brasileiras, que ainda avaliam o grau de leitura do aluno a partir das famigeradas leituras em voz alta, como se articular bem os vocábulos fosse sinônimo de compreender o texto.

Nas primeiras séries caracteriza-se essa prática por tal preocupação de aferimento da capacidade de leitura, que a aula se reduz quase que exclusivamente à leitura em voz alta. A prática é justificada porque permitiria ao professor ‘perceber se o aluno está entendendo ou não’, apesar de sabermos que é mais fácil perder o fio da estória quando estamos prestando atenção à forma, à pronúncia, à pontuação, aspectos que devem ser atendidos quando estamos lendo em voz alta. (KLEIMAN, p. 21, 1993)

Segundo Chartier (1996), ler é sempre produção de sentido, pois todo texto é polissêmico e tais sentidos são produzidos a partir de um processo de trocas de referências e experiências que incluem aspectos *fora-do-texto*. Ler “não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido (...). Ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido. A leitura é uma revelação pontual de uma *polissemia* do texto literário.” (CHARTIER, p. 108, 1996)

O modelo tradicional de leitura estabelece uma relação unilateral entre o texto e o leitor, em que apenas o texto significa, apenas ele possui um significado, sem que o leitor atribua qualquer sentido a ele. Nesta concepção de leitura, o único sentido autorizado pela escola vem do direcionamento e da vontade do professor, que reproduz o que livro didático pede e tem como objetivo final à avaliação. O aluno entende que a única possibilidade de leitura é o estabelecido pela escola e, assim, limita-se a refletir somente até onde o professor “permite”, deixando de lado suas experiências, interpretações e aspectos *fora-do-texto*.

A concepção autoritária de leitura parte do pressuposto de que há apenas uma maneira de abordar o texto e, uma interpretação a ser alcançada: “a análise de elementos discretos seria o caminho para se chegar a uma leitura autorizada, a contribuição do aluno e sua experiência é dispensável, e a leitura torna-se uma avaliação do grau de proximidade ou de distância entre a leitura do aluno e a interpretação “autorizada”. (KLEIMAN, p. 23, 1993)

A nova proposta coloca a leitura justamente como o contrário disso, em que todas as relações estabelecidas com o texto convergem para ele: “(...) são os

elementos relevantes ou representativos os que contam, em função do significado do texto, a experiência do leitor é indispensável para construir o sentido, não há leituras autorizadas num sentido absoluto, mas apenas reconstruções de significados, algumas mais e outras menos adequadas, segundo os objetivos e intenções do leitor. (KLEIMAN, p. 23, 1993)

Nesse contexto, a relação estabelecida entre os três elementos que compõem o tripé texto, leitor e professor é multilateral. O leitor se relaciona com o texto incluindo suas experiências, leituras anteriores, traçando objetivos e estabelecendo com o texto uma relação de dialogismo e intertextualidade, no sentido que Bakhtine dá ao termo.

A leitura é um ato individual e subjetivo, em que o leitor, como sujeito ativo, projeta-se para dentro do texto preenchendo as lacunas deixadas pelo autor com o seu conhecimento prévio. “A leitura, produção tão ativa quanto a produção textual, acontece ao dar ao texto nova vida, ao desencadear um processo criativo de compreensão e interpretação em face do mundo exterior percebido e do mundo subjetivo de cada leitor”. (DELL’ISOLA, p. 71, 1996)

A leitura é um ato idiossincrático, que se faz a partir da interação entre o texto e as experiências pessoais do leitor, que se estabelece como co-produtor do texto, completando-o com sua bagagem histórico-sociocultural.

A leitura é produto pessoal, individual, determinada pelas condições sociais, culturais, históricas, afetivas e ideológicas do leitor, portanto, é variável, porque o texto apresenta lacunas que convidam o leitor a preenchê-las. Nesse processo ativo, os espaços textuais serão ocupados pelo eu/sujeito/leitor/ser do mundo a seu modo: ele pode produzir nesse mesmo texto diferentes leituras, passíveis de variação de momento para momento, pois a relação leitor/mundo/contexto também é passível de mudanças. (DELL’ISOLA, p. 73, 1996)

Em tal proposta de leitura, o professor não ocupa mais o lugar de “dono da verdade”, que detém a única possibilidade de interpretação do texto, mas se coloca como mediador entre o texto e o leitor, permitindo ao aluno chegar as suas conclusões, pois é impossível que leitores diferentes façam a mesma leitura de um texto.

O resultado obtido com essa nova concepção de leitura é a formação de leitores competentes, que segundo Solé (1998) é um sujeito ativo que traz ao texto seus conhecimentos, experiências e conhecimentos prévios, que atribui sentido e significado ao texto. O leitor competente sabe que não há leituras autorizadas, mas apenas reconstruções de significados. Dell’Isola (1996) afirma que o leitor competente lê com todo seu ser: olhos, ouvidos, sentimentos, pensamentos e bagagem sociocultural, e se posiciona como co-produtor, preenchendo as lacunas do texto, sabendo que na interpretação surge um novo texto.

Diferentemente, a leitura parafrásica incentivada na maioria das escolas e pela sociedade, não exige do leitor comum as características do leitor competente, mas estabelece uma única possibilidade leitura, a leitura autorizada, aquela que se quer que se faça, aquela que seja mais adequada aos interesses do sistema em que vivemos.

Mas não é só na escola que tal realidade se manifesta, a mídia, de forma geral, mas nesse artigo, especialmente, a televisão conduz o telespectador a esse mesmo tipo de leitura, em que apenas a interpretação exibida na televisão é a possível e mais, a verdadeira. “(...) o poder político e econômico dos que detêm o controle da TV cresce assustadoramente. A sociedade se vê diante de uma força brutal que tenta impor valores éticos e padrões culturais de um grupo para todo o conjunto social.” (CASHMORE, 1998, p.07)

A opção de vida escolhida pela protagonista da novela das oito é entendida pela grande maioria da população brasileira formada por leitor passivos, que não interagem com o texto como o leitor competente, como a única escolha correta e que, com certeza, será aplicada na vida real pelo telespectador, quando passar por uma situação similar.

Somente leitores competentes são capazes de diferenciar a ficção da realidade, são capazes de duvidar do que vê e pensar em outras possibilidades de interpretação para além do que foi veiculado pela TV. Por isso, a tentativa vã da escola de combater a televisão não é eficaz e nem bem recebida pelos alunos. O que se faz urgente é ensinar ao aluno (por que a leitura é ensinada) como ler as imagens e as informações televisivas, entendendo como se dá a composição da linguagem televisiva e as estratégias de produção do meio. Tal trabalho não se faz diferente de ensinar a leitura com o objetivo de formar leitores competentes, sob a nova perspectiva que vê o leitor como um sujeito ativo, que interage com o que lê, sem aceitar passivamente tudo que ouve, vê ou está escrito no papel.

### **Considerações Finais**

Diante das constatações a que chegamos percebemos que a televisão ainda não é concebida pelos professores como uma fonte possível de aprendizagem e de conhecimento. Ainda há, devido a fatores históricos e sociais, uma resistência muito grande em abrir as portas das salas de aula para a televisão entrar. Os professores e as escolas parecem ter medo de que ocorra uma “contaminação” do ambiente escolar pelos programas populares sensacionalistas e policiais, como se nada disso acontecesse quando os alunos e professores estão “protegidos” em seus lares.

Pela sua própria natureza e características enquanto veículo de comunicação de massa, o contato com a televisão é inevitável. A televisão veio para ficar, ela vai evoluir, mas não deixar de existir: vai tornar-se digital com alta qualidade de som e imagem, ser interativa com a possibilidade de programar o que se quer assistir, mas vai permanecer.

Os meios de comunicação não são excludentes, a chegada do rádio não fez o jornal impresso deixar de existir, a TV não eliminou o rádio, apesar das previsões apocalípticas de que o rádio desapareceria com o advento da TV, a internet não excluiu o livro ou as revista e os jornais, mas promoveu a convergência dos meios. Essa é a tendência atual, a comunicação multimidiática, em que todos os meios se convergem com as suas características e vantagens específicas. Por isso, não dá para combater algo a que nos rendemos todos os dias e que ocupa um lugar tão definitivo nos nossos hábitos a ponto de fazer parte da “família” brasileira.

A escola precisa deixar de lado o combate travado com a televisão e entendê-la como uma fonte potencial de aprendizagem, o que não significa dizer, é claro, que a programação da TV seja de boa qualidade, mas que é preciso formar telespectadores críticos com competência de avaliar e selecionar o que vêem. Muito pior do que assistir televisão, é não saber avaliar o que é transmitido por ela; é acreditar que o que se passa na TV é verdade absoluta e produzido com a única e boa intenção de informar o cidadão; é não saber que a televisão brasileira é uma empresa com outra qualquer: tem caráter comercial e precisa vender seus produtos; é desconhecer que os índices de audiência são quem determinam o conteúdo da programação. Esse desconhecimento narrado é a forma como se porta o leitor sem competência de leitura, que é a concepção de grande parte da população brasileira.

Assim, a proposta de inserir a televisão na atividade escolar a partir das práticas de leitura é uma maneira de proporcionar “letramento midiático” aos telespectadores. Se temos grande parte da população brasileira formada por analfabetos funcionais, que sabem juntar letra por letra, mas não sabem atribuir sentido a elas, como esperar que tenhamos telespectadores críticos? Como esperar que programas sensacionalistas, que se revestem de caráter assistencialista para esconder a farsa que o são não sejam assistidos e aplaudidos pela população? Se não sabem ler frases, como vão saber ler imagens? Por esses e outros fatores é que a escola precisa convidar a televisão para entrar em sala de aula e revelar aos alunos os bastidores dos veículos de comunicação, através de debates e momentos de reflexão.

As características de um leitor competente são as mesmas do telespectador crítico e, como define Solé (1998) ele é um sujeito ativo e autônomo que não aceita todas as coisas, mas questiona cada uma delas. O leitor competente, que também será um telespectador com competência, sabe que a história cultural da sociedade orienta a leitura individual, sabe que a leitura é produção de sentido e ainda considera os aspectos de *fora do texto* na construção do sentido. Tais conceitos de leitura devem ser vislumbrados também na leitura midiática com criticidade e competência.

Este artigo defende que a oportunidade de fazer isso são as aulas de leitura, por que assistir TV é ler, a diferença é que o código verbal não entra pelos olhos, mas pelos ouvidos quando se torna som depois de lido de repórter ou apresentador. Os olhos ficam ocupados com a mensagem visual, as imagens em movimento, que também precisam ser lidas.

O perfil que permeia o leitor e as escolas brasileiras é daquela pessoa que tem a necessidade do texto escrito para se situar no mundo e compreender melhor a si mesmo e aos outros, que convive diariamente com os materiais escritos variados e desfruta, em geral, de um universo cultural de expressões variadas dentre elas a televisão, o vídeo, o cinema, o computador e a internet. O uso dessas máquinas criadas pela humanidade, que usam e abusam da palavra e das imagens, não impede que sejamos leitores. Ao contrário, estimulam uma nova concepção de leitura que inclui as novas tecnologias no universo do leitor.

É verdade que combater a televisão na escola e reservar a ela apenas a função tecnológica é bem mais fácil do que propor mudanças que exigem alterar conceitos já consolidados na sociedade e na memória coletiva, mas a escola precisa conceber a leitura e leitores de maneira mais ampla, acompanhando a evolução dos meios de comunicação que exigem vários tipos de leitura, sem encará-los como combatente ao trabalho desenvolvido pela escola.

## **Referências Bibliográficas**

BARCELOS, L. C. Televisão e sala de aula: referente lingüístico e/ou cultural? *in* Anais do XI Seminário do CELLIP, 1997)

- CASHMORE, Ellis. ... e a televisão se fez. São Paulo: Summus, 1998.
- DELL`ISOLA, Regina Lúcia Péret, A interação sujeito-linguagem em leitura. *In*: MAGALHÃES, I. (org). *As Múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UnB, 1996, p. 69-75.
- FILHO, Ciro Marcondes. *Televisão*. São Paulo: Scipione, 1994.
- FONSECA, A.P.A. da. Como ver televisão: análise, reflexão e pesquisa. *In* Anais do I Seminário Internacional de Educação. Cianorte (PR), setembro, 2001. ISSN 1676-0417
- KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas: Pontes, 1993.
- MEDEIROS, M. L. de. A televisão e o vídeo enquanto suporte didático: dificuldades e perspectivas *in* Anais do I Seminário Internacional de educação. Cianorte (PR), setembro, 2001. ISSN1676-0417.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar a televisão em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.